

Pouca verba para hospitais, estradas e universidades

BRASÍLIA — As verbas para investimento nos orçamentos fiscal e da Seguridade Social em 1993 caem mais de 33%, de quase US\$ 11 bilhões para pouco mais de US\$ 7 bilhões. Isso significa que haverá ainda menos dinheiro para recuperar estradas, melhorar o atendimento de saúde pública ou as condições de funcionamento das universidades federais.

Em 93, acaba o alívio temporário proporcionado pelo plano Collor, ao congelar o estoque da dívida interna do Governo por um ano e meio. O Tesouro voltará a pagar juros de mercado para rolar (refinanciar) a dívida já feita, além de pagar os juros de-

vidos. Só isso consumirá cerca de 65% de todo o orçamento. A dívida externa pesa menos (cerca de 3%) no orçamento de 1993, mas o Tesouro voltará a pagar as despesas de contratos já assinados, como a dívida com organismos oficiais da França: US\$ 140 milhões que vencem em janeiro.

Se continuar no Governo, Collor não terá três quintos dos votos do Congresso, necessários para aprovar reforma fiscal que altere não apenas a estrutura da receita, mas também a divisão de despesas com Estados e municípios. Prevendo isso, Collor tem mostrado interesse pelo projeto de criação do Imposto Uni-

co, do deputado Flávio Rocha (PFL-RN), com quem conversou na semana passada.

O Congresso terá maior boa vontade em aprovar reforma de emergência no caso de Itamar assumir a Presidência. Essa possibilidade vem sendo articulada por deputados que têm projetos de lei em exame pela comissão especial da Câmara. Um deles, Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), defende a aprovação do Imposto sobre Transações Financeiras (ITF), versão reduzida do Imposto único, que incidiria sobre as operações no mercado financeiro e seria destinado a cobrir as despesas de Previdência em 1993.